

PEC do fim da escala 6X1 agora só depende do Senado

Ao Correio, analistas avaliam mudança de discurso da oposição

Por Gabriela Gallo

O fim da jornada de trabalho na escala 6X1 (em que o empregado trabalha seis dias da semana e descansa somente um) agora depende do Senado Federal. O plenário da Câmara dos Deputados aprovou, nesta quarta-feira (27), o substitutivo da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 221/2019 que determina a redução da jornada de trabalho de 44 horas semanais para 40 horas semanais e o fim da jornada de trabalho na escala 6X1 para a escala 5x2, sem redução salarial. O texto foi aprovado em primeiro turno por 472 votos favoráveis e somente 22 votos contrários. E no segundo turno por 461 favoráveis e 19 contrários.

Durante a sessão, o plenário aprovou a quebra de interstício, ou seja, dispensou o prazo de duas sessões entre a aprovação na comissão especial e a análise pelo plenário. Previamente no mesmo dia, a comissão especial da Câmara que analisa a PEC do fim da escala 6X1 aprovou o relatório final por 34 votos favoráveis e quatro votos contrários, sem nenhuma abstenção. Contudo, antes mesmo da comissão especial começar a votação do tema, o presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), já tinha incluído a

pauta para ser apreciada na Ordem do Dia.

Oposição

Após um longo tempo criticando a redução da jornada de trabalho e manifestando preocupação com os impactos financeiros das mudanças, além de defender que o ideal seria a negociação entre empregado e patrão, parlamentares da oposição governista mudaram o discurso no dia da votação e passaram a se manifestar favoráveis à medida. Chegaram a defender uma mudança ainda maior: a adoção da jornada 4X3, quatro dias de trabalho e três de folga.

Ao Correio da Manhã, a especialista em Relações Governamentais e Legislativo da BMJ Consultores Associados Gabriela Santana identificou dois fatores principais que costumam influenciar uma mudança de posicionamento em situações similares.

“O primeiro é o cenário de opinião pública. A pauta da redução de jornada e do fim da escala 6x1 apresenta níveis elevados de aprovação em pesquisas, o que aumenta o custo político de posições contrárias em um contexto pré-eleitoral. O segundo é a dinâmica de apresentação de destaques mais amplos, como o



Bruno Spada/Câmara dos Deputados

Oposição muda de posição e PEC é aprovada com facilidade

anúncio do líder do PL na Câmara, deputado Sóstenes Cavalcante [RJ], que apresentaria destaque pela escala 4x3”. A analista explica que a mudança de posição poderia ser uma manobra, e os governistas desconfiaram mesmo disso. “Movimentos desse tipo podem ter efeitos legislativos diversos, que vão da dificuldade de construção de consenso na votação ao deslocamento do ônus político para o governo de eventual rejeição”, afirmou Santana.

A reportagem ainda conver-

sou com o advogado especialista em direito trabalhista e sócio do escritório Murayama, Affonso Ferreira e Mota Advogados Cid de Camargo Júnior. Ele lembrou que, inicialmente, parte significativa da oposição criticava a proposta sob fundamentos econômicos. Dentre os principais argumentos sustentados pela oposição estão: aumento do custo da mão de obra, risco de inflação, redução da competitividade, impacto negativo sobre pequenas e médias empresas, e

potencial retração na geração de empregos formais.

“A pauta do fim da escala 6x1 passou a ganhar ampla adesão popular, sobretudo entre trabalhadores urbanos, jovens e categorias ligadas ao setor de serviços. Ademais, temas relacionados à saúde mental, burnout, equilíbrio entre vida profissional e pessoal e qualidade de vida passaram a ocupar posição central no debate público pós-pandemia. A mudança de posicionamento revela, em parte, adaptação estratégica”.

Marques pede análise sobre Bolsonaro

Por Beatriz Matos

A decisão do ministro Kassio Nunes Marques de conceder 20 dias para que a Procuradoria-Geral da República (PGR) se manifeste sobre o pedido de revisão criminal apresentado pela defesa de Jair Bolsonaro (PL) reacendeu o debate jurídico e político em torno da condenação do ex-presidente no processo da trama golpista.

A medida, assinada nesta quarta-feira (27), não altera a condenação nem representa qualquer reversão imediata da pena, mas mantém o caso em tramitação dentro do Supremo Tribunal Federal (STF), de acordo com a advogada criminalista Letícia Moreira, ouvida pelo Correio da Manhã.

Bolsonaro foi condenado a 27 anos e três meses de prisão pela Primeira Turma do STF.

No recurso protocolado no último dia 8, a defesa sustentou que houve “erro judiciário”

e questiona pontos centrais do processo, como a validade da delação do ex-ajudante de ordens Mauro Cid, a tramitação do caso na Primeira Turma e o acesso às provas da investigação.

Na decisão, Nunes Marques afirma que, diante da “complexidade do feito”, decidiu ampliar de dez para 20 dias o prazo para manifestação da PGR.

A revisão criminal será analisada pela Segunda Turma do Supremo, composta pelos ministros André Mendonça, Gilmar Mendes, Dias Toffoli, Luiz Fux e o próprio Nunes Marques.

Abriu análise

Para Letícia Moreira, o despacho indica que o pedido superou uma análise inicial do relator e seguirá para apreciação jurídica mais aprofundada.

“A decisão do ministro Kassio Nunes Marques significa que o pedido de revisão criminal da defesa de Jair Bolsonaro não foi rejeitado de imediato e seguirá para

análise inicial no STF”, afirma.

Segundo ela, isso demonstra que o Supremo entendeu que a ação possui “requisitos mínimos para tramitar”, antes da análise de mérito.

A criminalista pondera, no entanto, que os argumentos da defesa têm alcance jurídico limitado.

“A alegação de erro judiciário exige prova de ilegalidade grave na condenação, e não apenas discordância sobre as provas”, explica. Ela acrescenta que revisões criminais no STF costumam prosperar apenas em situações excepcionais, como prova nova relevante, nulidade grave ou comprovação de fraude processual.

Além do aspecto jurídico, a movimentação tem impacto político direto sobre a narrativa construída pelo bolsonarismo nos últimos anos. Para o cientista político Rodrigo Prando, a abertura da revisão criminal reforça o discurso de perseguição utilizado pelos aliados do ex-presidente.



Marcelo Camargo/Agência Brasil

Nunes Marques deu 20 dias de prazo à PGR